

# XVII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público

## PATROCÍNIO



## REALIZAÇÃO



## APOIO



# XVII CODAIP

## Uma proposta metodológica para o ensino da Inteligência Artificial nos cursos de graduação em Direito

Aline Macohin e Cesar Antonio Serbena



## **PROGRAMA DO CONCURSO PARA PROFESSOR DOUTOR:**

1. Modelos de Regulação de IA. 2. IA e Direito: o futuro jurídico. 3. Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Dados Inferidos. 4. Os riscos de se definir perfis dos cidadãos e desafios jurídicos. 5. Machine Learning (ML) e Fintech: credit scores e credit granting. 6. Black Box nas Redes Neurais Artificiais: desafios jurídicos. 7. Reconhecimento Facial e Segurança: riscos e medidas para o uso em espaços públicos. 8. Mineração de Dados no Direito. 9. Analytics de Contratos. 9. Analytics de Patentes. 10. Mineração de Processo e Compliance. 11. Direito das startups (criação, captação de recursos, elaboração de estatutos sociais, contratos de licenciamento, estratégias de comercialização e regime tributário). 12. Propriedade Intelectual: avaliação de risco e proteção nacional / internacional. 13. Contratação de Mão-de-obra no setor tecnológico: desafios e regulação. 14. Elaboração de projetos P&D para financiamento em fundos de pesquisa. 15. Captação de recursos e regulação jurídica. 16. Proteção de Dados Pessoais e Privacidade. 17. Segredo empresarial na nuvem. 18. SecOps integrado à prática jurídica. 19. Direito e Cloud Computing. 20. BlockChain e SmartContracts: aplicações e regulação. 21. DevOps e Infraestrutura sob a perspectiva jurídica. 22. UX/UI: a participação do advogado no desenvolvimento do produto. 23. Mineração de Processos e Compliance. 24.

Metodologias Ágeis na Prática Jurídica. 25. Regulação da tecnologia aplicada ao setor público. 26. Aplicação de inteligência artificial para aperfeiçoamento de documentos jurídicos. 27. Intellectual property rights and information society. 28. Eletronic contracts. 29. Electronic payments and cryptocurrency. 30. Data protection: legal framework. 31. The international trade in personal data. 32. Os desafios éticos contemporâneos: inteligência artificial, novas tecnologias e autonomia e realização humana. 33. Tópicos de Filosofia do Direito: Justiça, Desigualdade e Novas Tecnologias.

# Ensino

Parte teórica da inteligência artificial

## O que é IA

Apresentação de alguns conceitos para nivelamento da turma.

Pré requisitos para criar um sistema de IA.

## Técnicas aplicáveis

Visão geral sobre as técnicas existentes e detalhes sobre as técnicas que serão aplicadas.

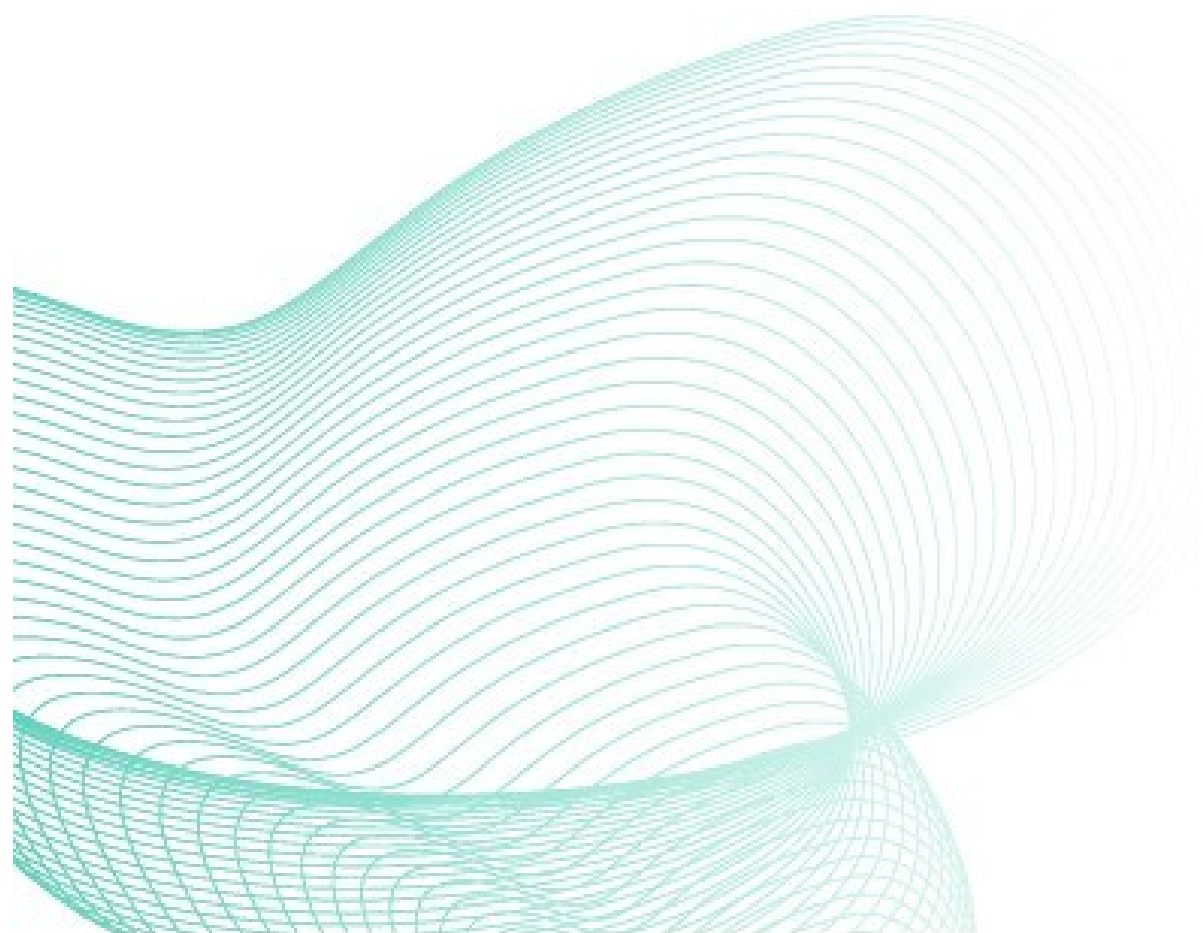
Cenários que podem ser usados sistemas de IA no contexto jurídico.

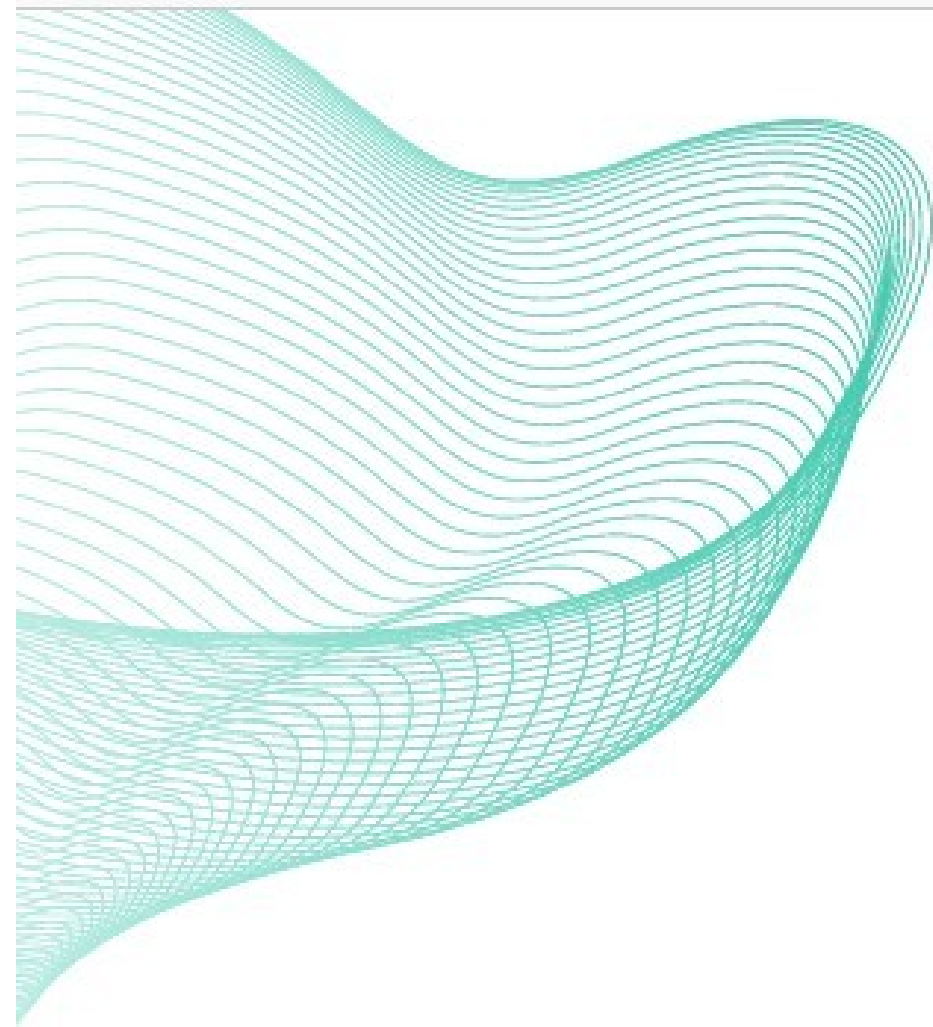
## Análise dos resultados

Interpretação dos resultados dos sistemas de IA e como configurar os algoritmos para obter melhores resultados .

## Conhecimento especializado

Destacar a importância do conhecimento jurídico para aperfeiçoamento dos sistemas de IA.





# Ferramenta

Foi utilizado o software gratuito KNIME para o ensino de técnicas de inteligência artificial



## Código aberto

A plataforma KNIME Analytics é um software de código aberto. É gratuito.

## Diversos módulos

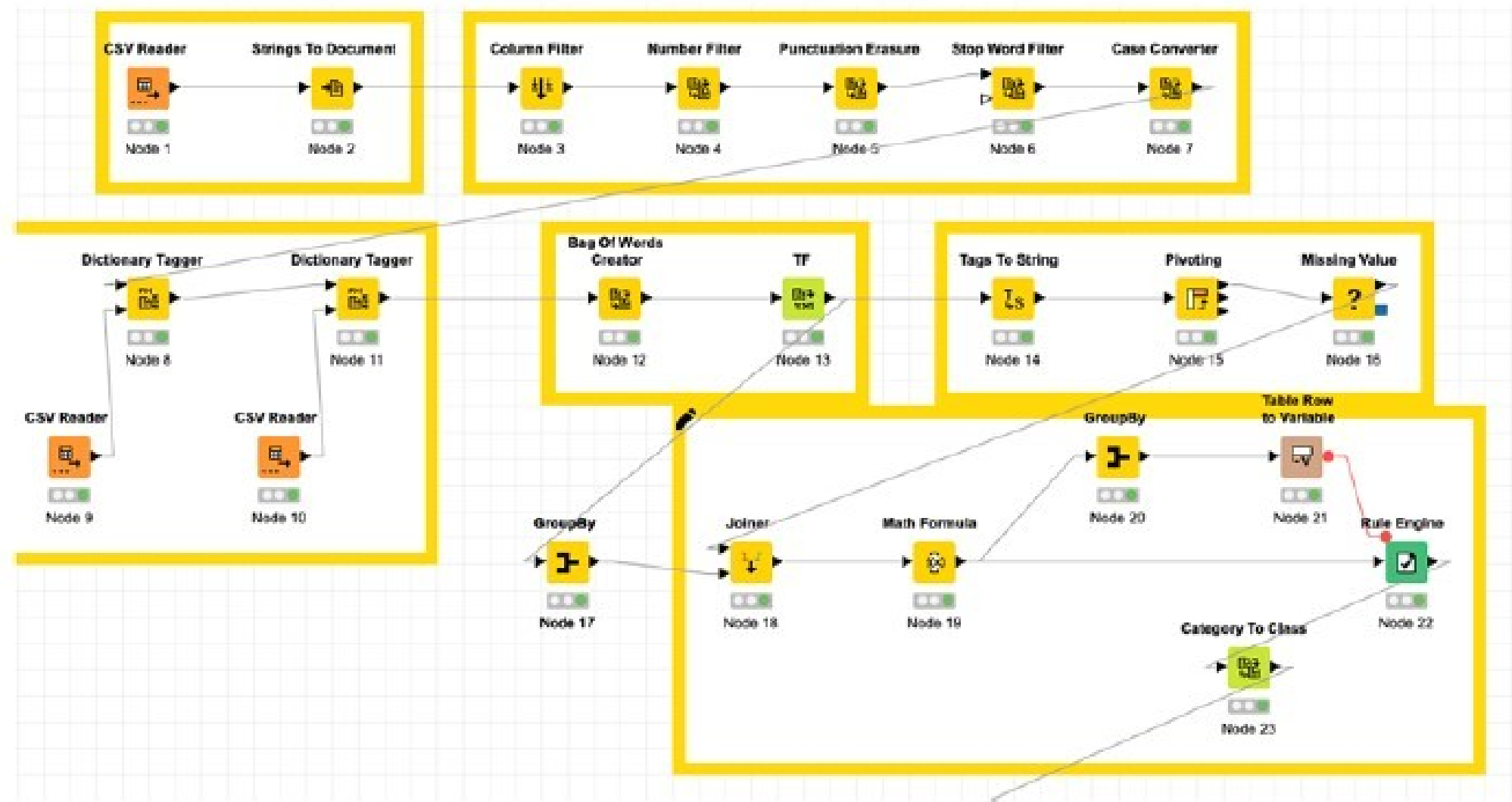
Possui mais de 1000 módulos, diversos exemplos prontos para serem executados, uma gama de ferramentas integradas e uma seleção de algoritmos avançados disponíveis.

## Interface gráfica

Utiliza o conceito modular de processamento de fluxo de dados, e também uma interface gráfica de usuário, com análise e visualização de dados sem a necessidade de usar a linguagem de programação, ou pelo menos em um grau mínimo.

| Id                        | crime                        | Texto  | Tipo                    | Classificação | penabase |
|---------------------------|------------------------------|--|-------------------------|---------------|----------|
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | No que tange às circunstâncias judiciais, convém ponderar que a culpabilidade é normal à espécie.  | culpabilidade           | NAO           | 3 meses  |
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | O réu, consoante informações processuais de evento 160.1, não registra maus antecedentes   | antecedentes            | NAO           |          |
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | Os motivos do crime são comuns à espécie   | motivos                 | NAO           |          |
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | Inexistem nos autos elementos que desabonem a conduta social do réu  | conduta social          | NAO           |          |
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | A personalidade do agente, característica ligada ao ramo da psicologia e que atesta o grau de agressividade do agente, tendência violenta e demais condições psíquicas, é de valoração inviável pela magistrada que não possui conhecimentos técnicos específicos e tem contato diminuto com o réu, geralmente limitado ao interrogatório judicial, máxime quando inexistente laudo psicossocial elaborado por profissional qualificado, como é o caso dos autos | personalidade           | NAO           |          |
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | No que toca às circunstâncias, também são normais na espécie   | circunstâncias          | NAO           |          |
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | As consequências não escapam à normalidade, não restando a conduta do acusado maiores consequências  | consequências           | NAO           |          |
| 0000772-32.2018.8.16.0156 | art. 129, § 9º, Código Penal | E, por fim, cabe dizer que o comportamento da vítima não contribuiu para a prática do delito   | Comportamento da vítima | NAO           |          |
| 0001798-35.2014.8.16.0082 | art. 129, § 9º, Código Penal | A culpabilidade, grau de reprovabilidade da conduta, é normal à espécie  | culpabilidade           | NAO           | 3 meses  |
| 0001798-35.2014.8.16.0082 | art. 129, § 9º, Código Penal | O réu não é portador de maus antecedentes na acepção constitucional do termo   | antecedentes            | NAO           |          |
|                           |                              | Não há dados sobre a conduta social do   |                         |               |          |

# Fonte dos dados



# Aplicação



# Conclusão



Constituir uma metodologia própria para esta disciplina, a qual, na visão dos autores, deve compreender:

1. aprendizado teórico e prático conjugados;
2. alunos que utilizam os seus computadores pessoais de maneira concomitante com o computador do professor, enquanto expõe o conteúdo;
3. utilização e modelagem de exemplos práticos, para a fixação do conteúdo;
4. fomento ao desenvolvimento de um projeto final para a disciplina, de modo que o estudante crie autonomia em, tendo apreendido o conteúdo, possa criar um sistema próprio de IA destinado a um uso específico na prática do Direito.

# XVII CODAIP

Muito obrigado pela  
atenção!

## PATROCÍNIO

DBBA



## REALIZAÇÃO



## APOIO

